

Ajuste fiscal é primeira etapa do Plano FHC

Medida está sendo vista por integrantes da equipe econômica como necessária para quebrar a inércia da inflação

BEATRIZ ABREU
e FATIMA CARDOSO

BRASÍLIA — O Plano FHC, que será divulgado amanhã, se concentrará nas medidas de ajuste fiscal para o equilíbrio das contas públicas, mas não estão descartadas medidas para quebrar a inércia da inflação. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e a equipe econômica já fizeram o diagnóstico e constataram que a inflação só cairá com a desindexação da economia, o que significa uma intervenção para evitar a aceleração dos preços.

Essas medidas, no entanto, são guardadas sob sigilo pela equipe, e, por isso, os assessores não confirmam que possam ser divulgadas na reunião ministerial. Alguns até prevêem que essas medidas serão adotadas só dentro de 30 ou 60 dias. Agora, todos repetem a mesma

explicação do ministro: o momento é do equilíbrio das contas, com o ajuste fiscal.

Ontem em São Paulo, Cardoso confirmou que vai acelerar o processo de privatização. Ele disse que há estudos sobre a utilização dos fundos sociais (FGTS e FCVS) na compra de estatais. Criticando a especulação em torno das notícias sobre a venda da Vale do Rio Doce, o ministro afirmou que é pessoalmente favorável a ampliar a lista de empresas privatizáveis, citando a própria Vale e o setor elétrico, mas ressaltou que o tempo que resta ao governo Itamar não será suficiente para isso.

Cardoso disse que a meta do governo é alcançar déficit zero. Os cortes, porém, não serão lineares. "O governo tem suas prioridades", garantiu. Entre os setores prioritários, ele destacou



Ciência e Tecnologia e a Agricultura.

Outra questão destacada por Cardoso foi o controle das estatais. Segundo ele, as empresas do governo são monopolistas e precisam parar de repassar o aumento de tarifas aos salários dos funcionários. "Essas empresas têm de alcançar aumentos de produtividade", afirmou. O ministro fez questão de dizer que não será anunciado nenhum plano amanhã, mas a adaptação das metas do governo já anunciadas às possibilidades da economia do País. O principal objetivo é acabar com a inflação e conseguir a retomada sustentada do crescimento.

A defesa do controle dos gastos do governo foi repetida durante a semana pelo ministro, que identifica no ajuste fiscal a possibilidade de o governo, já

em curto prazo, quebrar a inércia da inflação. Os técnicos empenhados em jogar para um segundo momento a adoção das medidas de desindexação da economia afirmam que o raciocínio do ministro é lógico. "O governo demonstra para a sociedade que está cortando e controlando os gastos públicos e, ao mesmo tempo, quebra a expectativa em relação à inflação", argumenta um deles.

A situação de descontrole dos gastos é o principal argumento para a defesa da estratégia de concentrar as medidas do programa no ajuste fiscal. Assim, na primeira etapa, as medidas seriam de controle dos gastos. O resultado esperado é a redução da inflação. Se os índices não recuarem, o governo teria a alternativa de aumentar os juros.

"Primeiro precisamos segurar as rédeas da política fiscal para depois atuar

com a política monetária, com o aumento dos juros", diz um técnico. E só aí, então, o governo teria um cenário mais apropriado para definir a melhor data para a desindexação.

Esse programa gradual que os assessores insistem que será adotado prevê, também, uma maior velocidade na troca de títulos da dívida pública. Ou seja, o governo pretende conversar com os banqueiros para negociar a troca de um maior volume de títulos públicos que vencem a cada 28 dias por títulos do Tesouro com prazo de resgate de 15 meses. Essa troca já está acontecendo há mais de um mês, só que o ministro acha que é ainda muito pequeno o volume de títulos trocados. E nessa discussão que entra a possibilidade de criação de um título lastreado nas reservas cambiais.

■ Mais informações nas páginas 3, 4, 5 e 7